



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

**RESOLUÇÃO Nº 14 DO COLEGIADO PLENO
ANEXO ÚNICO**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

**CAMPINA GRANDE
2006**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

2. PERFIL INSTITUCIONAL

- 1.1. Histórico
- 1.2. Missão
- 1.3. Finalidades

3. OBJETIVOS

4. METAS ESPECÍFICAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

- 4.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL
- 4.2. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA
 - 4.2.1. Ensino
 - 4.2.1. Pesquisa e Pós-Graduação
 - 4.2.1. Extensão
- 4.3. AÇÃO COMUNITÁRIA
- 4.4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
- 4.5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL
- 4.6. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS
- 4.7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Mobilizar esforços para a concretização de objetivos que atendam às mudanças do contexto político, econômico e social do país, atendendo também às exigências da sociedade e à rapidez com que evolui a ciência, impõe aos gestores das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES a necessidade de criteriosa organização da estrutura administrativa.

Após a construção democrática do Estatuto e do Regimento Geral, e da escolha dos dirigentes máximos, também em processo reconhecidamente democrático, obedecendo, de forma rígida, a todos os prazos estabelecidos por nossos colegiados superiores, a definição do conjunto de metas e ações, que comporão o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, é um dos principais estágios da consolidação da Universidade Federal de Campina Grande.

A metodologia universal de construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional envolve o estabelecimento de princípios e finalidades institucionais e de um conjunto de diretrizes e metas relacionadas com o desenvolvimento da Instituição. Os princípios e as finalidades da Universidade Federal de Campina Grande estão presentes no seu Estatuto,, construído democraticamente a partir do trabalho de um grupo de integrantes da comunidade universitária, denominado “colegiado estatuinte”.

Parte fundamental de todo e qualquer Plano de Desenvolvimento Institucional, as diretrizes para o quadriênio 2005-2008, da mesma forma, carecem de ampla discussão, visto que a concepção e a execução de um projeto acadêmico não são possíveis sem a participação coletiva, que garanta voz a toda a comunidade universitária.

Tornar factíveis as diretrizes majoritariamente aprovadas, para assegurar o compromisso da Instituição com excelência acadêmica e científica, a ser verificada em cada atividade de ensino, de pesquisa e de extensão, é desafio que exige a conscientização e o apoio dessa mesma comunidade universitária e a determinação da Administração Superior. Assim, no processo de construção deste Plano de Desenvolvimento Institucional, buscaremos alcançar a conscientização e o apoio necessários da comunidade, da mesma forma que buscaremos robustecer a nossa determinação de torná-lo prática administrativa.

THOMPSON FERNANDES MARIZ

REITOR

1. INTRODUÇÃO

Em documento recente, datado de dezembro de 2004, o sistema SAPIENS, do Ministério da Educação, produziu um documento contendo os aspectos indispensáveis à composição de um Plano de Desenvolvimento Institucional, os quais estão contemplados nos seguintes itens:

- Perfil Institucional
- Gestão Institucional
- Organização Acadêmica
- Infra-estrutura
- Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional
- Aspectos Financeiros e Orçamentários

Atender às exigências desse documento, no entanto, não garante que o planejamento institucional, exigido pelas estruturas organizacionais complexas, que demandam funcionamento simetricamente sistematizado, cumpra a função de apoiar a administração no processo decisório e na orientação das ações institucionais, assegurando a primazia da racionalidade, a participação democrática na alocação dos recursos e a transparência na gestão.

O processo de planejamento precisa explicitar a finalidade e os objetivos institucionais e as metas que a Instituição pretende alcançar. Para tanto, deve conter a descrição das ações voltadas para a realização dos fins, o suporte necessário de recursos materiais, humanos e financeiros, detalhado na forma como são gerados ou alocados, além de prever o delineamento do processo de execução das ações planejadas, incluindo o processo de tomada de decisões, e o estabelecimento de um programa de avaliação que realmente o planejamento institucional, sempre em construção, porque sempre aberto a novas e melhores possibilidades que se apresentem para a Instituição e para a sociedade como um todo.

Um planejamento assim executado estará respaldado na crença de que a concepção e a execução de um projeto acadêmico não são possíveis sem que indicadores discutidos internamente levem em consideração a repercussão da atuação institucional na comunidade com a qual interage. No entanto, para uma instituição cuja razão de ser está na prestação

de serviços de qualidade à sociedade e na busca da excelência na produção, sistematização e democratização do saber, o planejamento institucional não pode deixar de perseguir também os indicadores externos de qualidade, sem desprezar aspectos ideológicos, pedagógicos, políticos e culturais, que devem ser configurados com padrões próprios da Instituição.

Se os indicadores internos são construídos de forma participativa, o planejamento assegura e privilegia o discurso e a percepção de todos os segmentos constitutivos da realidade institucional, tornando efetiva a auto-análise, com a comunidade acadêmica refletindo sobre as práticas institucionais e viabilizando planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento.

Isto implica em conceber adequadamente a construção de uma universidade que mobilize recursos, gere metodologias e, constantemente, reinvente o saber, originando ações que movimentem a reflexão teórica, a interpretação do mundo, a experimentação de processos, o desenvolvimento de tecnologias, e, por fim, opere mudanças positivas na realidade em que está inserida.

Tendo como princípio fundamental o fortalecimento democrático da Universidade Federal de Campina Grande e pretendendo assegurar a construção de um planejamento institucional que só a coletividade é capaz de gerar, a metodologia definida para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional contempla a participação coletiva mediante discussão e formulação de metas específicas, primeiramente, nos Conselhos de Centro.

Definidas as metas específicas, pelos Conselhos de Centro, a tarefa de sistematizar as propostas e as sugestões cabe à Administração Superior da Instituição, que define linhas de ações em função das necessidades observadas, com vistas à sua adequação formal e consistência operacional.

Aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional em reunião do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, as metas nele estabelecidas terão sua implementação diretamente condicionada às perspectivas de obtenção de recursos orçamentário-financeiros. O nível mínimo projetado para a concretização das metas está relacionado à hipótese de a Instituição contar apenas, como fonte de recurso, com o orçamento oriundo do tesouro e o pouco gerado por recurso próprio.

Algumas metas deverão ter a sua consolidação vinculada à obtenção de recursos extra-orçamentários, cada uma delas sendo objeto de projeto especialmente elaborado para demandar financiamento junto às fontes apropriadas.

Haverá, certamente, o indispensável ajustamento de metas e ações propostas para as atividades acadêmico-administrativas às já conhecidas limitações impostas ao serviço público. No entanto, a importância do Plano de Desenvolvimento Institucional permanece na forma democrática com que serão praticadas as ações para o desenvolvimento da Instituição.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Histórico

A Universidade Federal de Campina Grande, criada pela Lei Nº. 10.419 de 09 de abril de 2002, nasceu como uma das mais importantes instituições federais de ensino superior das regiões Norte e Nordeste do país. Sua criação ocorreu a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, à época reconhecida como uma das maiores entre as instituições de ensino superior, não apenas por sua dimensão, mas pelo padrão de qualidade expresso em termos de ensino, pesquisa, extensão e produção acadêmico-científica.

Sendo fruto de um desmembramento, a Universidade Federal de Campina Grande passou por um período de transição para possibilitar, a partir de ações planejadas, a adoção de um perfil particular que, respeitando a estrutura já existente, pudesse também assumir uma feição nova que justificasse o desmembramento de que é fruto. Assim, o primeiro momento de existência dessa Instituição foi marcado principalmente pela luta em prol da sua implantação, pois a continuidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão dependia de respaldo técnico e de infra-estrutura que a Administração Superior precisava assegurar para tornar factível a implantação da Universidade.

Superadas as dificuldades mais graves deste primeiro momento, a Universidade Federal de Campina Grande passa a ter condições de construir coletivamente a sua nova

feição, a partir da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional que revele o compromisso da Instituição com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a gestão e avaliação institucional, bem como com o seu entorno sócio-econômico.

A Universidade Federal de Campina Grande, embora, com esta nomenclatura e com uma estrutura acadêmica e administrativa diferenciada, seja uma instituição nova, tem seus pilares fincados em sólido esteio: a sua origem remonta à década de 1950, quando a educação superior dava os primeiros passos na Paraíba. Desde então, jamais divergiu da vocação que encontra respaldo nos princípios da responsabilidade pública e do compromisso social. Ao longo desses anos, construiu uma tradição de excelência acadêmica no ensino, na pesquisa e na extensão que a coloca a serviço do progresso científico e tecnológico, do equacionamento dos problemas sociais e da promoção do desenvolvimento humano.

Desde sua criação, a Universidade Federal de Campina Grande possui com uma estrutura multicampi. O *campus* de Campina Grande, sede da Reitoria, compõe-se do Centro de Humanidades – CH, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, do Centro de Engenharia Elétrica e Informática – CEEI, do Centro de Tecnologia e Recursos Naturais – CTRN e do Centro de Ciências e Tecnologia – CCT. Em Cajazeiras, situa-se o Centro de Formação de Professores – CFP, em Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS e, em Patos, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR. Na cidade de Cuité, funcionará o Centro de Educação e Saúde – CES, cuja implantação, prevista para o ano civil de 2006, já foi autorizada pelo Colegiado Pleno do Conselho Universitário.

Ao longo da história das unidades que ora compõem a Universidade Federal de Campina Grande, a inclusão social e o desenvolvimento econômico da região sempre foram pontos marcantes nos projetos e nas ações institucionais, o que foi determinante para o destaque que a Instituição alcançou no cenário acadêmico nacional.

Por possuir três centros tecnológicos de excelência e ter condições para qualificar mão-de-obra especializada no atendimento de demandas da indústria e do setor de serviços, por prestar serviços na área da saúde e por atuar de forma a assegurar mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais positivas na realidade em que está inserida, a Universidade Federal de Campina Grande é referência para o desenvolvimento e o progresso do Estado e da Região Nordeste.

No campo do planejamento, a Universidade Federal de Campina Grande adquiriu maturidade para discutir, elaborar e implantar novas matrizes de alocação de vagas

docentes e de recursos orçamentários que começam a resolver injustiças e distorções que se perpetuavam, passando a privilegiar variáveis, como a expansão da matrícula e a criação de cursos noturnos e cursos fora da sede, dentre outros parâmetros, que determinam a recuperação e a preeminência dos Centros que investiram mais na democratização do acesso ao ensino superior.

A Universidade Federal de Campina Grande, tributária do desenvolvimento alcançado pela Universidade Federal da Paraíba, nos seus 50 anos de existência marcada por uma história de sucesso, agora se torna pioneira na região por ser a primeira universidade federal com sede no interior nordestino.

2.2 Missão

A Universidade Federal de Campina Grande tem por missão a sua inserção no desenvolvimento regional socialmente comprometido, sem perder de vista o contato com o mundo contemporâneo, em seu contexto global, preservando fundamentos e princípios como a manutenção do espaço onde a ética, a coerência e a democracia são os balizamentos para cada atividade de ensino, de pesquisa e de extensão.

Produzir e socializar o conhecimento nos diversos campos do saber, de modo a contribuir para a formação de profissionais qualificados e aptos ao mundo do trabalho e formar cidadãos capazes de atuar na construção da democracia e da justiça social, são desígnios que estão, conforme explícito no Estatuto da Universidade Federal de Campina Grande, definidos nos seguintes princípios:

I – a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

II – a ética como norteadora da prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;

III – a natureza pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada, sendo de responsabilidade da União a garantia de recursos para a manutenção da Instituição;

IV – a transparência, a publicidade, a probidade, a racionalidade, a impessoalidade, a eficiência e a regularidade nos atos e na gestão de recursos da Instituição, com direito ao contraditório;

V – a promoção do caráter multicampi, com gestão democrática e colegiada, mantendo a equidade no tratamento dos recursos humanos, materiais e orçamentários em todas as unidades acadêmicas;

VI – a garantia da transdisciplinaridade do conhecimento e de suas concepções pedagógicas, no exercício da liberdade de ensino, pesquisa e extensão, difundindo e socializando o saber;

VII – a igualdade de acesso e de permanência na Instituição;

VIII – a contribuição para o desenvolvimento sócio-econômico, técnico-científico, político, cultural, artístico e ambiental do Estado, da região, do país e do mundo;

IX – o compromisso com a ampliação do ensino público e gratuito, com padrão unitário de qualidade em todos os níveis;

X – o planejamento democrático da Instituição;

XI – a educação propedêutica, voltada para a valorização do trabalho e da vida social.

2.3 Finalidades

A Universidade Federal de Campina Grande, sem perder de vista as dimensões políticas, culturais e sócio-econômicas que arrematam o seu compromisso com o processo histórico e tendo em vista a aptidão para desenvolver atividades de ensino, de pesquisa e de extensão a partir do desenvolvimento de processos que visam às transformações aspiradas pela sociedade, tem, no Estatuto, as suas finalidades assim definidas:

I – promover a educação continuada, crítica e profissional do Homem;

II – manter interação com a sociedade, com suas diversas organizações e com o mundo do trabalho;

III – estabelecer formas de cooperação com os Poderes Públicos, Instituições Federais de Ensino – IFE, órgãos científicos, culturais e educacionais brasileiros ou estrangeiros;

IV – promover a paz, a solidariedade, a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente;

V – ministrar o ensino, visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação, do magistério e demais campos do trabalho, incluindo-se as áreas políticas e sociais;

VI – desenvolver e difundir, de modo teórico e prático, o conhecimento resultante do ensino, da pesquisa e da extensão, nas suas múltiplas áreas;

VII – gerar, transmitir e disseminar o conhecimento em padrões elevados de qualidade;

VIII – ampliar o acesso da população à Educação Superior e formar profissionais nas diversas áreas do conhecimento;

IX – prestar assistência acadêmica através da extensão e desempenhar outras atividades na área de sua competência;

X – envidar esforços para que o conhecimento produzido na Instituição seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades.

3. OBJETIVOS

Os objetivos a serem alcançados para tornar efetivo o desenvolvimento institucional carecem de detalhamento em metas específicas para cada dimensão da gestão administrativa. No entanto, é conveniente o estabelecimento de objetivos gerais que definam o percurso que a Instituição deve trilhar para o alcance do seu desenvolvimento. Para a atuação da Universidade Federal de Campina Grande, no período compreendido entre 2005 e 2008, foram estabelecidos os seguintes objetivos gerais:

- ampliação do espaço de interlocução com a sociedade;

- direcionamento da pesquisa e da extensão para demandas sociais;
- desenvolvimento de programas de inclusão social;
- otimização dos recursos de infra-estrutura;
- fortalecimento da atuação dos órgãos colegiados na definição das políticas institucionais;
- revisão e atualização dos instrumentos normativos;
- fortalecimento da autonomia interna;
- estabelecimento de política de desenvolvimento de recursos humanos;
- implementação de programas de apoio estudantil;
- estabelecimento de políticas acadêmicas de integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
- promoção da melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis;
- fortalecimento da pesquisa;
- consolidação da extensão como espaço pedagógico de formação;
- democratização da informação;
- divulgação das produções científica, técnica e artística institucionais;
- fomento à realização de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer.

4. METAS ESPECÍFICAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

4.1. PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional, aqui, deve ser entendida como o conjunto de ações, normas e programas relacionados com aspectos como organização administrativa, organização e gestão de pessoal, além de políticas de atendimento aos servidores e aos discentes. Enfim, um conjunto de normas que contribuem para o funcionamento da Instituição.

A organização administrativa da Universidade Federal de Campina Grande está estabelecida internamente em seus Estatuto e Regimento Geral, que seguem em anexo, nos quais estão estabelecidos, entre outros, itens como:

- estrutura organizacional;
- instâncias de decisão
- indicações do formato para o organograma institucional e acadêmico;
- órgãos colegiados: atribuições, competências e composição;
- funcionamento e atribuições dos órgãos de apoio às atividades universitárias;

- formas de estabelecimento de relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.

A administração pública deve se pautar pelo planejamento democrático. Além disso, o princípio da transparência na prestação de contas e a melhoria constante nas ações ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão devem ser constantemente buscados. Para tanto, foram definidas estas metas:

- conclusão da implantação da estrutura organizacional definida no Estatuto;
- implementação de estratégias para a utilização plena da infra-estrutura física instalada;
- recuperação de edificações de uso acadêmico-administrativo;
- atualização da rede de informática;
- sistematização da gestão dos serviços básicos (energia elétrica, água, telefonia, limpeza e segurança) com vistas à eficiência, melhoria e racionalização de seu uso;
- melhoria do serviço de coleta e transporte de lixo, inclusive com a implantação do sistema de coleta seletiva;
- elaboração de projeto de melhoria da urbanização e das condições de trânsito de pessoas e veículos no interior dos *campi*;
- correção dos projetos arquitetônicos com vistas à adequação de uso aos portadores de necessidades especiais;
- estruturação da editora universitária, como entidade voltada para o apoio à publicação da produção técnico-científica da Instituição;
- construção e recuperação de salas de aula e laboratórios, segundo critérios que atendam as novas demandas didático-pedagógicas;
- melhoria da comunicação interna, objetivando o incremento do diálogo entre os gestores;
- implantação de uma política de informática que possibilite a agilidade no intercâmbio e na difusão de informações.

4.2. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Em seus aspectos fundamentais, uma universidade tem por finalidade a formação de profissionais qualificados, o desenvolvimento de pesquisas e de atividades de extensão

direcionados para a disseminação do conhecimento e para o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua atuação. Nesse aspecto, a Universidade Federal de Campina Grande tem se destacado de forma continuada e crescente.

Números recentes mostram que a Universidade Federal de Campina Grande oferece 45 cursos de graduação distribuídos da seguinte forma: 29 no *campus* de Campina Grande, 10 no de Cajazeiras, 4 em Sousa e 2 em Patos. Em dezembro de 2004, havia um total de 9.151 alunos matriculados nesses cursos, tendo sido formado um contingente de 1.025 profissionais. Esses números, quando comparados com os verificados em 2002, mostram que o número de matrículas cresceu em torno de 17%; o de formandos, pouco mais de 24%.

CAMPUS	CURSO
C. Grande	1. Administração (D)
	2. Administração (N)
	3. Arte e Mídia
	4. Bacharelado em Física
	5. Ciência da Computação
	6. Ciências Econômicas (D)
	7. Ciências Econômicas (N)
	8. Ciências Sociais (D)
	9. Ciências Sociais (N)
	10. Desenho Industrial
	11. Engenharia Agrícola
	12. Engenharia Civil
	13. Engenharia de Materiais
	14. Engenharia de Minas
	15. Engenharia Elétrica
	16. Engenharia Mecânica
	17. Engenharia Química
	18. Engenharia de Produção
	19. História (N)
	20. História (D)
	21. Licenciatura e Bacharelado em Matemática
	22. Licenciatura em Letras (N)
	23. Licenciatura em Letras (D)
	24. Licenciatura em Matemática
	25. Licenciatura em Pedagogia (D)
	26. Licenciatura em Pedagogia (N)
	27. Medicina



CAMPUS	CURSO
	28. Meteorologia
	29. Tecnologia Química
Cajazeiras	30. Licenciatura em Ciências (D)
	31. Licenciatura em Ciências (N)
	32. Licenciatura em Geografia (D)
	33. Licenciatura em Geografia (N)
	34. Licenciatura em História (D)
	35. Licenciatura em História (N)
	36. Licenciatura em Letras (D)
	37. Licenciatura em Letras (N)
	38. Licenciatura em Pedagogia (D)
39. Licenciatura em Pedagogia (N)	
Sousa	40. Ciências Contábeis
	41. Direito (D)
	42. Direito (N)
	43. Direito (T)
Patos	44. Engenharia Florestal
	45. Medicina Veterinária

Dados sobre cursos de graduação (números de 2004). (Fonte: PRG)

No âmbito da pós-graduação e da pesquisa, a Universidade Federal de Campina Grande conta atualmente com cursos e projetos de pesquisa que se apresentam como referência nacional e até internacional.

CAMPUS	CURSO
C. Grande	1. Engenharia e Segurança do Trabalho
	2. Educação
	3. Planejamento e Gestão Financeira
	4. Ensino/Aprendizagem de Língua Portuguesa na Educação Básica
	5. Literatura e Ensino da Pós-Graduação em Letras
Patos	6. Educação
	7. Saúde Pública Veterinária
Cajazeiras	8. Teoria e Metodologia da História
	9. Gestão Ambiental para o Semi-árido Nordestino (D)
	10. Gestão Ambiental para o Semi-árido Nordestino (N)
Sousa	11. Gestão Estratégica de Negócios e de Negócios Públicos
	12. Direito Processual Civil

Cursos de Especialização oferecidos durante 2004. (Fonte: PRPG)

CAMPUS	CURSO	Conceito CAPES
C. Grande	1. Engenharia Agrícola	5
	2. Engenharia Civil	4
	3. Engenharia de Materiais	3
	4. Engenharia de Minas	3
	5. Engenharia Elétrica	6
	6. Engenharia Química	4
	7. Informática	4
	8. Linguagem/Ensino	3
	9. Matemática	3
	10. Meteorologia	5
Patos	11. Medicina Veterinária de Pequenos Ruminantes	3
	12. Sistemas Agro-silvo-Pastoris do Semi-árido	3

Cursos de Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande (dados de 2004). (Fonte: PRPG)

CAMPUS	CURSO	Conceito CAPES
C. Grande	1. Engenharia Agrícola	5
	2. Engenharia de Processos	3
	3. Engenharia Elétrica	6
	4. Meteorologia	4
	5. Recursos Naturais	4

Cursos de Doutorado da Universidade Federal de Campina Grande (dados de 2004). (Fonte: PRPG)

No campo da pesquisa, destacam-se os programas de bolsas de iniciação científica (PIBIC) e o programa de discentes voluntários em pesquisa (PIVIC) que vêm proporcionando aos alunos de graduação importante oportunidade de adquirir conhecimentos nos diversos ramos da pesquisa científica.

ITEM	QUANTIDADE
Projetos de Pesquisa com financiamento externo em andamento	27
Projetos de Pesquisa financiados pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE em andamento	215

Número de alunos participante do PIVIC	46
Projetos de pesquisa aprovados por agências de fomento em 2004	15
Número de pesquisadores cadastrados no CNPq	301
Número de grupos de pesquisa	91

Dados sobre pesquisa na Universidade Federal de Campina Grande (dados de 2004). (Fonte: PRPG)

O quadro acima mostra números importantes e que precisam ser continuamente melhorados, principalmente quanto ao número de pesquisadores cadastrados no CNPq, atualmente representando quase 40% do total de professores de 3º grau do quadro permanente.

A Universidade Federal de Campina Grande tem atuado com desenvoltura também no campo da extensão universitária. Para um total de 64 projetos de extensão, conta-se atualmente com 84 bolsistas de extensão, trabalhando diretamente com a comunidade ou desenvolvendo atividades que serão em breve aplicadas ao desenvolvimento comunitário. Mesmo assim, esses números precisam ser melhorados para alcançar os patamares verificados nas atividades de pesquisa e pós-graduação.

Nos princípios e finalidades desta Universidade, já estão definidos os ditames a serem seguidos para que se assegure a qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão. Para tanto, as atividades de ensino, pesquisa e extensão devem concretizar as seguintes metas e ações estratégicas:

4.2.1. Ensino

- elaboração do Projeto Pedagógico Institucional;
- diversificação da oferta de vagas e criação de cursos de graduação;
- revisão da oferta de vagas, com vistas à sua adequação à demanda do mundo do trabalho;
- estabelecimento de normas para o reingresso, visando ao aproveitamento de vagas ociosas;
- criação de programas de combate à retenção e à evasão escolares;
- promoção de eventos para discussão da concepção de currículo e organização didático-pedagógica praticados na Instituição;
- promoção de articulação entre o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos;



- criação de programa permanente de qualificação de práticas pedagógicas, visando à atualização contínua de metodologias de ensino;
- avaliação do Programa Estudante Convênio – Rede Pública, com vistas à revisão das metas estabelecidas para a qualificação de professores leigos;
- atualização e melhoria do acervo bibliográfico;
- atualização e melhoria dos equipamentos didático-pedagógicos;
- expansão das atividades de estágio discente;
- realização de estudos para a redução do tempo médio de conclusão dos cursos de graduação;
- desenvolvimento de estudos com vistas à criação de cursos sequenciais;
- incentivo ao desenvolvimento de atividades acadêmicas que visem à integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- aperfeiçoamento do sistema de matrícula, mediante o uso da Internet;
- elaboração e revisão sistemática de normas institucionais definidoras das atividades de ensino;
- avaliação contínua das ações em curso.

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSECUÇÃO DAS METAS ACIMA ESTABELECIDAS:

- designar comissão para elaboração de proposta do Projeto Pedagógico Institucional;
- verificar a adequação dos projetos políticos pedagógicos da Instituição às diretrizes nacionais;
- acompanhar a implantação de novos *campi* e cursos;
- ofertar suporte acadêmico aos novos cursos;
- realizar estudos e pesquisas sobre as condições didático-pedagógicas e de infraestrutura dos cursos, para redefinição da oferta de vagas (ampliar ou reduzir);
- realizar seminários, em 2007 e 2008, sobre currículos e organização didático-pedagógica;
- realizar pesquisa quantitativa sobre professores leigos no âmbito do Estado para discussão da continuidade do Programa Convênio Rede Pública (PEC-RP) e sua viabilidade;
- promover seminários de avaliação dos coordenadores do programa PEC-RP com as secretarias de educação, com vistas à reestruturação do programa;
- envidar esforços para que seja assegurado recurso financeiro para ampliação do acervo bibliográfico em 25%;



- encaminhar projeto de recuperação e modernização das salas de aulas e implantação de espaços pedagógicos multi-meios;
- ampliar o quantitativo de convênios e parcerias para aumentar a oferta de estágios;
- quantificar os índices de retenção e evasão por conclusão e do tempo de permanência média nos cursos de graduação;
- implantar o Regime Especial de Recuperação;
- realizar estudos acerca da demanda por cursos seqüenciais (de complementação de estudos ou de formação específica), com a possibilidade de ofertar cursos seqüenciais de complementação de estudos;
- articular, com as Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Pesquisa e Extensão, atividades tais como seminários e encontros;
- envidar esforços para a ampliação em 30% do quantitativo de bolsas de Monitoria;
- melhorar as condições do Sistema de Controle Acadêmico, mediante projeto de aquisição de equipamentos computacionais;
- envidar esforços para a aquisição de sistema de base de dados (software);
- envidar esforços para assegurar a distribuição de equipamentos para as Unidades Acadêmicas, visando à melhoria das condições de oferta de matrícula web on-line;
- manter o Fórum de Coordenadores permanentemente em discussão da legislação acadêmica e outros temas de interesse da comunidade;
- mobilizar os Centros e as Unidades Acadêmicas para o processo de avaliação das atividades, planejamento e construção de relatórios acadêmicos.

4.2.2. Pesquisa e Pós-Graduação

- estímulo à criação de programas de pós-graduação interdisciplinares e intra-institucional em áreas da educação, do meio-ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- fomento ao intercâmbio acadêmico-cultural entre os *campi*;
- realização de estudos com vistas à implementação da educação a distância;
- criação de programas destinados à educação continuada;
- ampliação do número de vagas nos cursos de pós-graduação;
- criação de novos grupos de pesquisa e fortalecimento dos existentes;



- fomento ao intercâmbio de grupos locais com grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros;
- estruturação de um órgão direcionado ao apoio técnico para elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento;
- divulgação, via rede mundial de computadores, de informações acerca de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas ou orientadas por docentes da Instituição;
- criação de um banco de dados contendo todos os projetos de pesquisa em desenvolvimento na Instituição;
- apoio à criação de revistas acadêmico-científicas indexadas e de circulação nacional ou internacional;
- estímulo à criação de cursos de especializações, mediante estudo de demanda da sociedade;
- fortalecimento do sistema de acompanhamento e apoio aos processos de credenciamento de cursos e programas de pós-graduação na CAPES;
- divulgação dos cursos e programas de pós-graduação em âmbito regional, nacional e internacional;
- ampliação da base operacional para as atividades de pesquisa;
- apoio à participação de doutores recém formados em projetos de pesquisa;
- incentivo à captação de recursos financeiros nas agências oficiais de fomento;
- elaboração e revisão sistemática de normas institucionais definidoras das atividades de pesquisa;
- definição de estratégias para a melhor eficiência na execução dos recursos oriundos do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP;
- elaboração da regulamentação geral dos cursos de pós-graduação *Strito-Sensu*;
- elaboração da regulamentação geral dos cursos de pós-graduação *Lato-Sensu*;
- desenvolvimento de um Sistema de Controle Acadêmico para a pós-graduação;
- avaliação contínua das ações em curso.

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSECUÇÃO DAS METAS ACIMA ESTABELECIDAS:

- constituir comissão para realizar estudo referente à educação a distância, visando ao credenciamento da instituição e a implantação de uma infra-estrutura adequada;
- realizar seminários internos com a participação de grupos de pesquisa consolidados e emergentes com vistas à criação de programas de pós-graduação nas áreas de educação, meio-ambiente e desenvolvimento sustentável;



- promover seminários e estudos objetivando à expansão dos Programas de Pós-Graduação com a criação de cursos de especialização, mestrado e doutorado;
- fazer levantamento da demanda da sociedade nas diversas entidades do estado e do município;
- realizar estudo com as coordenações de pós-graduação sobre a capacidade de orientação existente, a identificação de novas áreas de pesquisa, e a disponibilidade do quadro de professores orientadores.
- orientar a elaboração de propostas de crescimento de cada programa, acompanhando a avaliação da CAPES, para desenvolver ações institucionais com vistas à melhoria e à consolidação do programa.
- ampliar o número de intercâmbios internacionais e nacionais com instituições de alta qualificação para contribuição no desenvolvimento da Pós-Graduação;
- disponibilizar Home–Page, confeccionar portfolio e promover Evento Científico Anual da Pós-Graduação para destacar e premiar as melhores dissertações de mestrado, teses de doutorado.
- contratar de serviço especializado para implantação do controle acadêmico.
- planejar a execução e o acompanhamento financeiro do Programa de Apoio à Pós-graduação – PROAP para cada programa;
- identificar as competências em pesquisa pela análise dos grupos locais e avaliar o potencial existente formado pelos pesquisadores;
- estimular, desenvolver e envidar esforços para dotar de recursos financeiros os convênios e intercâmbios nacionais e internacionais;
- fomentar a criação de equipes em cada centro da Instituição para elaboração, encaminhamento e acompanhamento de projetos de pesquisa junto às agências de fomento e promover encontros, com a presença de técnicos de agências de fomento e órgãos financiadores de pesquisa, visando o aperfeiçoamento de projetos;
- implantar um banco de dados institucional vinculado à home-page institucional e acessível via Lattes Institucional ou Lattes Extractor, contendo as linhas e os projetos de pesquisa, as equipes de pesquisadores com suas titulações, as atividades do ensino de pós-graduação e a produção acadêmica da Instituição;
- implantar a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) integrado com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia –IBICT- e o Banco de dados da CAPES.
- apoiar a criação de uma revista para cada grande área de conhecimento;
- garantir infra-estrutura básica aos grupos de pesquisa, a partir de recursos próprios dedicados à pesquisa;



- instituir, em cada Unidade Acadêmica, comissões responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas;
- criar programa de incentivo ao recém-doutor;
- divulgar regularmente os editais em vigor, estimulando a participação de pesquisadores em editais de fontes financiadoras;
- incentivar parcerias com organizações sociais e empresariais;
- instalar comissão para regulamentar as atividades de pesquisa;
- ampliar a iniciação científica mediante o aumento do número de Bolsas do Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/UFCG e da cota do CNPq;
- realizar estudo para detectar as razões que impossibilitaram ou desestimularam a qualificação do docente;
- envidar esforços para assegurar programa de bolsa institucional como incentivo à capacitação docente;
- reativar o Núcleo de Inovação Tecnológica e regulamentar a aplicação da Lei da Inovação;

4.2.3. Extensão

- estímulo à ampliação de trabalhos de extensão direcionados para a organização social e a formação para a cidadania e para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, das artes e da cultura;
- incentivo à implantação de programas de extensão em parceria com movimentos sociais, organizações não-governamentais, órgãos do setor público e entidades do setor produtivo;
- fomento ao desenvolvimento da extensão como atividade curricular essencial à formação acadêmica;
- descentralização gerencial, mediante incentivo à elaboração de plano de trabalho da extensão nas unidades acadêmicas e demais setores da Instituição;
- compartilhamento das experiências de extensão, mediante a realização de encontros e seminários;
- valorização da interação entre conceitos, instrumentos, metodologias e avaliação das ações da extensão;
- construção de ações que contribuam para a viabilização da convivência com o semi-árido e o desenvolvimento sustentável;
- busca de recursos em agências de fomento e outras instituições financiadoras;

- realização de debates sistemáticos para a elaboração, execução e gestão de políticas públicas e sociais voltadas sobretudo para a educação;
- elaboração e revisão sistemática de normas institucionais definidoras das atividades de extensão;
- implantação do banco de dados de extensão da Instituição;
- manutenção de dados institucionais no Sistema Nacional de Informação da Extensão – SIEXBRASIL;
- avaliação contínua das ações em curso, valorizando a interação entre conceitos, instrumentos, metodologias e avaliação das ações da extensão.

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSECUÇÃO DAS METAS ACIMA ESTABELECIDAS:

- estimular a elaboração e a execução de projetos de relevância acadêmica e social, vinculados aos programas supervisionados pela PROPEX, às unidades acadêmicas, aos núcleos de extensão, ou intersetoriais e interinstitucionais;
- ampliar o intercâmbio com setores da sociedade civil organizada e com outras instituições públicas, privadas e não governamentais, a fim de desenvolver ações que fortaleçam a convivência com o Semi-Árido e o desenvolvimento sustentável;
- associar plenamente a extensão ao ensino e à pesquisa e integrar o conteúdo acadêmico nas ações de extensão em prol da melhoria da qualidade de vida da população e da formação acadêmica do aluno;
- estimular o processo de flexibilização curricular, criando mecanismos indutores de articulação da extensão com o ensino e a pesquisa;
- estimular a elaboração de plano de trabalho (planejamento estratégico) da extensão nas unidades acadêmicas e demais setores da Instituição, incentivando a descentralização gerencial da extensão;
- continuar realizando, sistematicamente, o Encontro de Extensão da UFCG e a Mostra Universitária de Ciências Cultura e Artes – MUCA para troca de experiências e divulgação das ações extensionistas;
- consolidar a interação entre conceitos, instrumentos, metodologias e avaliação das ações de extensão;
- buscar uma consistência teórico-metodológica e operacional das ações de extensão, usando o conhecimento como fator de identificação e não de dominação;

- implementar parcerias com órgãos regionais (estaduais e municipais) a fim de desenvolver ações integradas em grandes programas que privilegiem populações socialmente relevantes e fortaleçam a convivência com o Semi-Árido e o desenvolvimento sustentável;
- participar ativamente das ações do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão em prol da inserção da extensão como política universitária, mediante institucionalização governamental, visando incentivo e financiamento permanente;
- estimular o aumento da produção de projetos e ações, diversificando fontes de financiamento;
- realizar Fóruns de Discussão sobre as ações da Extensão desenvolvidas na UFCG.
- implantar o Banco de Dados Institucional de Extensão;
- manter informado o Sistema Nacional de Informação da Extensão – SIEXBRASIL;
- revisar sistematicamente as normas institucionais definidoras das Atividades de Extensão no âmbito da UFCG;
- avaliação contínua das ações em curso.

4.3. AÇÃO COMUNITÁRIA

A ação da universidade não pode se restringir às atividades desenvolvidas nos limites de seus *campi*. A busca de parcerias com órgãos e instituições são exemplos de como a universidade pode interagir com a sociedade para que sua ação possa ir além dos preceitos constitucionais de ensino, pesquisa e extensão. Para a implementação da ação comunitária institucional, foram traçadas as seguintes metas:

- atendimento odontológico e médico-hospitalar, no Hospital Universitário Alcides Carneiro – HUAC, para integrantes da comunidade acadêmica comprovadamente carentes;
- desenvolvimento de projetos culturais nos *campi*, objetivando disponibilizar espaços na universidade para o trabalho de artistas;
- composição de acervo para um Museu de Cultura Popular Contemporânea da Paraíba, a partir de parcerias institucionais e das experiências acumuladas, de forma ainda isolada, pelas Unidades Acadêmicas;
- criação de uma galeria de artes para a realização de exposições regulares;

- instalação de salas cinema e de teatro com uma programação regular de filmes, espetáculos e debates culturais;

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSECUÇÃO DAS METAS ACIMA ESTABELECIDAS:

- instituir um Plano de Atendimento no Hospital Universitário Alcides Carneiro, por meio do Sistema de Único de Saúde, com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde;
- elaborar projeto de Emenda Parlamentar, objetivando a construção de um Centro Universitária de Extensão Cultural para abrigar as atividades propostas.
- construir e implementar Agenda Cultural que dê existência dinâmica ao Centro acima previsto.
- estender as atividades da Agenda Cultural aos demais *campi* da UFCG com o estabelecimento de parcerias entre as Direções dos Centros e a PRAC;

4.4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Segundo informações colhidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PRAC, e conforme pode ser observado no quadro abaixo, a maior parte dos alunos da Universidade Federal de Campina Grande pertence às classes socioeconômicas C, D e E, o que perfaz um total de 67% ou 2/3 do total do seu corpo discente. Além disso, o quadro seguinte mostra que 59% dos alunos da Universidade Federal de Campina Grande ainda não tiveram acesso a qualquer tipo de remuneração acadêmica, mediante a concessão de bolsas, apesar de o orçamento institucional revelar considerável investimento em programas acadêmicos destinados a este fim.

Classe socioeconômica	Frequência	%
A1	7	0,7
A2	38	4,0
B1	76	7,9
B2	101	10,5
C	291	30,3
D	272	28,3



E	80	8,3
Não respondeu	95	9,9
Total	960	100,0

Você exerce atividade não acadêmica remunerada?	Frequência	%
Não	566	59,0
Sim, mas é trabalho eventual	99	10,3
Sim, até 20 horas por semana	125	13,0
Sim, de 21 a 30 horas por semana	36	3,8
Sim, de 31 a 40 horas por semana	56	5,8
Sim, mais de 40 horas por semana	58	6,0
S/Resposta	20	2,1
Total	960	100,0

Dados relativos ao perfil socioeconômico dos alunos da Universidade Federal de Campina Grande. (Fonte: PRAC)

Em função dos dados apresentados nesses dois últimos quadros, a assistência estudantil da Universidade Federal de Campina Grande é feita principalmente a partir dos seguintes eixos:

- manutenção de residências universitárias em todos os *campi*, para alunos comprovadamente carentes;
- fornecimento de refeições gratuitas a alunos comprovadamente carentes em restaurantes universitários e nas residências universitárias;
- programas institucionais de bolsas de iniciação científica e artístico-cultural, de extensão, de monitoria e de gestão;
- apoio à participação de alunos em eventos e para a realização de eventos estudantis;
- atendimento médico-odontológico no posto do Hospital Universitário Alcides Carneiro no *campus* de Campina Grande.

A assistência estudantil assim executada representa investimentos da ordem de 11% de toda a verba destinada ao custeio da Instituição, o que significa mais de 25% do Orçamento de Custeio e Capital – OCC líquido da Universidade Federal de Campina Grande para o ano de 2005, por exemplo. Com os investimentos feitos é possível atender a quase

2000 comensais, mediante o fornecimento de mais de 600 mil refeições, nos 4 restaurantes e 13 residências universitários, só durante o ano de 2004. No quadro seguinte estão contidos alguns números relacionados com a assistência estudantil tomados em 2004.

Item	Quantidade
Restaurantes universitários	4
Comensais atendidos em 2004	1.955
Refeições servidas em 2004	606.600
Residências universitárias	13
Alunos residentes	319

Dados sobre assistência estudantil em 2004. (Fonte: PRAC)

Os programas de bolsas permitem que cerca de 5% do corpo discente seja contemplado com um dos quatro tipos de bolsa acima referenciados. Esse número, somado ao número de alunos comensais e residentes, revela que um total de 30% do corpo discente da graduação está vinculado a um dos programas de assistência estudantil mantidos pela Universidade Federal de Campina Grande, os quais são regidos por normas aprovadas pelos conselhos superiores e aos quais todos os alunos podem a cada ano concorrer, respeitados os limites da regulamentação pertinente.

A existência e o funcionamento adequado de restaurantes e residências universitários devem ter tanta importância para a formação do discente como o são a existência e o funcionamento dos laboratórios e das bibliotecas. Portanto, a assistência estudantil da Universidade Federal de Campina Grande deve abranger mais ações do que a mera administração de setores como residências e restaurantes universitários, devendo, para tanto, buscar atingir as seguintes metas:

- manutenção de uma política efetiva de assistência estudantil, vinculada à qualidade do ensino, como instrumento pedagógico e de inclusão social;
- apoio à realização e à participação em eventos científicos, pedagógicos, artístico-culturais e esportivos;

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSECUÇÃO DAS METAS ACIMA ESTABELECIDAS:

- implemento, após discussão com a comunidade envolvida – estudantes, servidores e gestores –, de um Programa de Bolsa-permanência visando ao custeio de restaurante e de residência dos alunos carentes da instituição;
- ampliação do número de bolsas de programas acadêmicos, mediante destinação orçamentária específica, objetivando a melhoria do desempenho dos estudantes;
- busca de recursos, oriundos de emendas parlamentares e de projetos específicos submetidos ao MEC, para construção de residências universitárias no interior dos *campi*;
- criação de mecanismos institucionais, com critérios amplamente discutidos com o corpo discente e com destinação orçamentária própria, para dar efetividade ao apoio estabelecido na meta acima.
- realização periodicamente regular de eventos esportivos organizados pela Praça de Esportes;
- realização de eventos para discussão da política institucional de assistência aos estudantes;

4.5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

A organização e a gestão de pessoal da Universidade Federal de Campina Grande seguem os preceitos contidos na legislação correspondente, especialmente a Lei Nº. 8.112, que regulamenta o regime jurídico único do servidor público federal. A expansão do quadro de pessoal está condicionada à dotação de vagas para servidores docentes e técnico-administrativos por parte do governo federal. Quando surgem vagas, notadamente para o quadro docente, a distribuição entre as unidades é feita mediante modelo de alocação de vagas aprovado pelos Conselhos Superiores da Instituição.

Conforme demonstra quadro a seguir, mais de 90% dos docentes da Universidade Federal de Campina Grande atuam em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, sendo que cerca de 88% desse total são mestres ou doutores, o que comprova o elevado grau de qualificação do corpo docente desta Instituição.

Centro	Total	DE	DE/T(%)	M, D com DE	M _{DE} +D _{DE} /DE(%)	M	D	D/T(%)	(M+D)/T(%)
CCBS	93	50				27	14		
CCT	147	146				60	78		

CEEI	72	72	22	48
CTRN	95	94	20	68
CH	157	154	83	51
CSTR	73	73	28	42
CCJS	35	29	19	2
CFP	98	98	59	19
TOTAL	770	716	318	322

Perfil dos docentes de 3º grau do quadro permanente da Universidade Federal de Campina Grande. (Fonte: SRH)

O quadro de pessoal técnico-administrativo é formado por 1.489 servidores, distribuídos pelos 8 centros de ensino, Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC) e administração central. Desse total, cerca de 1/3 possui formação de nível superior, e 48% possui o nível médio completo. Em termos de carga horária, pouco mais de 94% trabalham em jornada de 40 horas semanais. O número de servidores apenas alfabetizados vem diminuindo a cada ano, a partir da realização de cursos de capacitação e treinamento para esses servidores.

Dados do relatório de gestão de 2004 mostram que os índices técnicos da Universidade Federal de Campina Grande, utilizados para a determinação do índice orçamentário anual, no tocante a pessoal, são bastante expressivos. As fórmulas para os cálculos dos itens contidos no quadro abaixo se encontram na página do MEC na Internet.

Em que pese o já considerável grau de qualificação docente, a Universidade Federal de Campina Grande tem procurado manter programas permanentes de apoio à qualificação, tencionado atingir um índice próximo ou igual a 5, o que significa ter todos os docentes com titulação de doutor. Isso tem sido feito mediante estímulo à criação de cursos de doutorado e à inclusão, em seu orçamento anual, dos programas institucionais de bolsas de mestrado e doutorado, em adição às bolsas concedidas pelos órgãos de fomento CAPES, CNPq, ANP, dentre outros.

Item	Valor
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	8,96
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente	4,19

Funcionário Equivalente / Professor Equivalente	2,14
Índice de Qualificação do Corpo Docente	3,14

Indicadores de Desempenho (2004). (Fonte: PROPLAN)

A criação de cursos, principalmente no período noturno, irá fazer com que a relação alunos/professores cresça para além de 10 alunos/professor, relação tida como adequada para uma instituição do porte da Universidade Federal de Campina Grande.

A relação funcionário/professor é relativamente alta devido à grande necessidade de pessoal no HUAC. No hospital universitário estão lotados quase 27% do total de servidores do quadro permanente, aí incluídos médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e demais profissionais da área de saúde. Tal número se justifica pelo fato de esse hospital-escola também funcionar em atendimento à população de Campina Grande e região circunvizinha, prestando importante serviço de qualidade à população.

No tocante à organização e à gestão de pessoal, foram definidas as seguintes metas:

- implementação de programas de formação, treinamento e qualificação dos servidores técnico-administrativos, com vistas à melhoria do cumprimento das atividades institucionais;
- realização de seminários e oficinas de trabalho, que visem ao aprimoramento da competência administrativa e gerencial de dirigentes de órgãos acadêmicos.

AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A CONSECUÇÃO DAS METAS ACIMA ESTABELECIDAS:

- elaborar o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação – PCCTAE, de acordo com as diretrizes nacionais estabelecidas pela comissão nacional de supervisão (§ 2º do art. 24 da Lei Nº. 11.091/2005);
- realizar o planejamento estratégico da Secretaria de Recursos Humanos, visando ao alinhamento estratégico com este Plano de Desenvolvimento Institucional;

- realizar o dimensionamento de pessoal mediante a identificação de necessidade de pessoal por unidade/setor, prevendo remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional;
- implementar o Programa de Capacitação Institucional, formulado com base nas diretrizes nacionais do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira do PCCTAE;
- implementar o programa de avaliação de desempenho, como processo pedagógico e participativo, abrangendo de forma integrada a avaliação das ações institucionais voltadas para as atividades das equipes de trabalho, para as condições de trabalho e para as atividades individuais;
- instalar a Comissão Interna de Supervisão com o objetivo de apresentar propostas e fiscalizar a elaboração e a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoal e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas;
- fomentar parcerias com órgãos especializados, para implementar programas de capacitação nas áreas do planejamento estratégico, do planejamento didático-pedagógico, da gestão estratégica acadêmica e eficiência social, da gestão orçamentária e financeira e do uso de informação para implementação da educação à distância.

4.6. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A Universidade Federal de Campina Grande é mantida com recursos federais, mas, ano a ano, vem crescendo em importância a participação de recursos próprios e oriundos de convênios no total dos recursos orçamentários executados pela Instituição. O quadro abaixo apresenta os números relativos ao ano de 2004.

Fonte de Recurso	Executado	%
Tesouro	114.820.227	90,23
Convênios e Próprios	12.430.000	9,77
Total	127.250.227	100,00

Composição básica do orçamento da Universidade Federal de Campina Grande em 2004. (Fonte: PROPLAN)

No âmbito orçamentário, não se pode ter metas em termos de expansão de valores, visto que o mantenedor é o governo federal, a quem cabe, única e exclusivamente, a iniciativa de propor variações. O projeto de horizontes nesse campo fica restrito à distribuição interna do orçamento e ao aumento da participação dos recursos próprios no total dos recursos destinados ao custeio da Instituição. Sendo assim, é possível definir as seguintes metas para a Universidade Federal de Campina Grande, no que diz respeito aos seus aspectos financeiros e orçamentários:

- aumento, em torno de 5% ao ano, da participação de recursos próprios no total do orçamento anual da Instituição;
- aumento do percentual dos recursos destinados às atividades-fim da Instituição, mantendo-o sempre acima de 50%;
- proposição e manutenção de um calendário plurianual de apresentação de proposta de orçamento interno e de apreciação da execução orçamentária anual;
- adoção do planejamento estratégico como prática institucional indispensável às atividades operacionais de cada exercício;
- respeito ao Plano de Desenvolvimento Institucional como fundamento determinante na alocação do orçamento interno;

4.7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional deve ser entendida como princípio fundamental para a definição e a execução de um projeto que envolva toda a comunidade universitária. Os dados oriundos dessa avaliação não devem se converter em meros indicativos estatísticos,, mas em valioso subsídio para o direcionamento ou redirecionamento de ações para cada uma das metas contidas neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

Por ser um processo que envolve aspectos ideológicos, pedagógicos, políticos e culturais, estabelecidos em padrões institucionais, a avaliação não deve ter a finalidade precípua de promover comparações, mas o firme propósito de buscar o constante aperfeiçoamento da produção, sistematização e democratização do saber.

Essa avaliação institucional se propõe à conferência permanente do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela Instituição, para oportunizar a verificação das possíveis causas de problemas e deficiências, além de descobrir novas demandas e de

observar potencialidades pouco exploradas, ensejando, conseqüentemente, a busca de estratégias indispensáveis à solução dos problemas existentes e à reorganização estrutural que vise à valorização do potencial até então inexplorado.

Atendendo ao que dispõe a Lei Nº. 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a Universidade Federal de Campina Grande realizará a sua avaliação institucional sob a coordenação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com a colaboração da Coordenação de Avaliação Institucional – CAI, órgão responsável pelo compromisso da Administração Superior com o processo avaliativo.

A avaliação interna, realizada a partir da interlocução com membros dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil local e regional, prevê ainda o acompanhamento do corpo discente no Exame Nacional do Desempenho do Estudante – ENADE e o assessoramento às comissões externas de avaliação, assegurando-lhes o acesso a documentos e a instalações da Instituição, de tal forma que o processo avaliativo seja o mais completo, o mais rigoroso e o mais democrático possível.

Para a implementação da avaliação institucional, foram definidas as seguintes metas:

- criação de órgão de avaliação institucional que coordene planeje e organize atividades para manter o interesse da comunidade pela avaliação;
- manutenção de programa de avaliação institucional permanente, cujos objetivos e compromissos estarão explicitados em documentos oficiais;
- adoção do planejamento participativo com vistas à realização da avaliação institucional;
- produção de conhecimento necessário à conferência permanente do conjunto de atividades e finalidades da Instituição;
- análise das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da Instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- apreciação dos programas de ensino, pesquisa e extensão com vistas a sua adequação às diretrizes previstas no Plano Nacional de Educação;
- revisão da relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, com vistas a sua vinculação ao desenvolvimento local e regional;
- verificação da articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;

- análise da adequação da infra-estrutura da Instituição (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- fortalecimento das relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.

5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO

PRIMEIRA ETAPA: 2005

Diagnóstico da situação em todos os seus aspectos, com a identificação de dificuldades e de melhorias em cada uma das dimensões da gestão administrativa.

SEGUNDA ETAPA: 1º SEMESTRE DE 2006

Proposição de estratégias que tornem factíveis as metas estabelecidas neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

TERCEIRA ETAPA: DO 2º SEMESTRE DE 2006 AO 2º SEMESTRE DE 2008

Consolidação das metas específicas para cada dimensão da gestão administrativa e avaliação de processos e resultados, com vistas à reorientação e ao aperfeiçoamento das ações em curso.